



Aquilombando Cuidados project: Equity and Permanence of Black, Brown and Indigenous Quota Students at Unesp-Assis

Projeto Aquilombando Cuidados: Equidade e Permanência de Estudantes Cotistas Pretos, Pardos e Indígenas da Unesp-Assis³

BRITO, Raul Santos⁽¹⁾; PEREIRA, Alan da Silva⁽²⁾; NAVARRO, Giovanna Araújo⁽³⁾; SILVA, Ludmila Vitoria da⁽⁴⁾; SANTOS, Sagarana Cristina Nascimento dos⁽⁵⁾; PASCOAL, Thayná Martinez⁽⁶⁾

⁽¹⁾ 0000-0003-2330-5109; Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP-Assis, Assis, SP, Brasil, E-mail: raul.s.brito@unesp.br.

⁽²⁾ 0000-0002-6634-8363 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP-Assis, Assis, SP, Brasil, E-mail: as.pereira@unesp.br.

⁽³⁾ 0000-0003-0618-2354; Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP-Assis, Assis, SP, Brasil, E-mail: giovanna.navarro@unesp.br.

⁽⁴⁾ 0000-0003-3860-040X; Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP-Assis, Assis, SP, Brasil, E-mail: lv.silva@unesp.br.

⁽⁵⁾ 0000-0002-5512-9528; Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP-Assis, Assis, SP, Brasil, E-mail: sagarana.cristina@unesp.br.

⁽⁶⁾ 0000-0001-8387-3234; Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP-Assis, Assis, SP, Brasil, E-mail: thayna.pascoal@unesp.br.

O conteúdo exposto neste artigo é de inteira responsabilidade dos/as seus/as autores/as.

ABSTRACT

This article aims to discuss the equity and permanence of black, brown and indigenous students in the university environment, more precisely at Unesp-Assis, based on the experience of the Aquilombando Cares Project, from the perspective of Human Rights and the Anti-Racist Struggle, intertwining this discussion with the possibilities of housing racialized subjects in the university environment as a means of resistance and struggle for a fairer and more diverse university, this article is methodologically guided as an experience report. Our study was based on the promotion of weekly discussions, events, workshops and yarning circles within the university. As a result, we found situations of racism during the university experience of undergraduate and graduate students. We emphasize that a process of collective articulation between racialized individuals and their allies is necessary in the claim for an equitable university space, since only guaranteeing access without structuring the permanence of black, Brown and indigenous individuals in the academy demonstrates the bias of epistemic violence in which our institutions are structured of higher education.

RESUMO

O presente artigo visa discutir a equidade e permanência de estudantes pretos, pardos e indígenas (PPI) no ambiente universitário, mais precisamente na Unesp-Assis, a partir da experiência do Projeto Aquilombando Cuidados, sob a ótica dos Direitos Humanos e da Luta Antirracista, entrelaçando essa discussão as possibilidades de aquilombamento dos sujeitos racializados no ambiente universitário como modo de resistência e luta por uma universidade mais justa e diversa, o presente artigo está pautado metodologicamente como relato de experiência. Nosso estudo baseou-se na promoção de discussões semanais, eventos, oficinas e rodas de conversa dentro da universidade. Como resultado, constatamos situações de racismo durante a experiência universitária dos discentes da graduação e pós-graduação. Destacamos que se faz necessário um processo de articulação coletiva entre sujeitos racializados e seus aliados na reivindicação de um espaço universitário equânime, pois só garantir o acesso sem estruturar a permanência dos sujeitos PPI na academia demonstra o viés de violência epistêmica na qual está estruturada nossas instituições de ensino superior.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:

Submetido: 19/10/2022

Aprovado: 20/10/2022

Publicação: 30/11/2023



Keywords:

Ethical-racial relations,
Human Rights, Education

Palavras-Chave:

Relações Étnico-raciais,
Direitos Humanos,
Educação

Introdução

A ocupação e permanência de pessoas pretas, pardas e indígenas em espaços educacionais é permeada por dificuldades das mais diversas: históricas, sociais, econômicas, culturais entre outros fatores. Quando se trata do ensino superior, essa lacuna fica ainda mais evidente, universidades com quase nenhum corpo negro ou indígena, os quais não refletem os 51% de autodeclarados pretos da população brasileira.

Como medida de reparação histórica, mediante às demandas do movimento negro, foi instituída em agosto de 2012 a Lei de Cotas Raciais (Lei nº 12.711) que prevê a reserva de, no mínimo, 50% das vagas disponibilizadas pelas instituições federais de educação superior para os estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, onde parte dessa porcentagem será preenchida por autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI) e por pessoas com deficiência, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva dos mesmos na população da unidade da Federação onde se encontra a instituição, seguindo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Porém, mesmo após 10 anos, são escassos os dados sobre a quantidade e situação dessa parcela dos alunos ingressantes nas universidades públicas antes e após a implementação do sistema de cotas, o que dificulta mais ainda na hora de acompanhar a evolução do caso e os efeitos dessa medida.

A partir disso, o Aquilombando Cuidados¹ se construiu nesse contexto da necessidade de pensar caminhos para lidar com as questões de permanência e desigualdade vividas pelos estudantes Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) que, como reflexo do racismo ainda presente na sociedade contemporânea, permeiam o ambiente universitário, em específico no campus da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) de Assis (SP). Assim, o projeto busca atender a essa parcela da população a fim de acolher suas demandas, discuti-las por meio da escuta ativa e da análise de textos sobre a temática étnico-racial para encontrar estratégias de acolhimentos e espaços de resistência.

Para isso, nos baseamos em 3 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável abordados pela Organização das Nações Unidas (ONU): Saúde e bem-estar, Educação de qualidade e Redução das desigualdades. Visando contribuir para a resolução dessas questões, organizamos oficinas de cuidados, espaços onde esses estudantes tenham o incentivo de se encontrar, sentir segurança em trazer suas demandas, ter a possibilidade de trocar experiências, não só com pessoas do mesmo campus, mas também de forma interinstitucional e criar uma rede de acolhimento onde seus integrantes possam pensar a permanência e formas de existência de

¹ O Aquilombando Cuidados é um projeto que visa discutir a equidade e permanência de estudantes pretos, pardos e indígenas da UNESP-Assis integrado por alunos da graduação, pelo Prof. Ms Raul Santos Brito, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade nessa universidade, coordenado pela Profa. Dra. Dolores Galindo, numa articulação entre UNESP e UFRB, com recursos obtidos pela Coordenadoria de Ações Afirmativas da UNESP.

maneira coletiva. Observando o que foi exposto o presente artigo objetiva discutir a permanência dos estudantes PPI da Unesp-Assis a partir do relato de experiências dos integrantes do Projeto Aquilombando Cuidados alinhado ao debate racial realizado sobretudo por autoras e autores negros.

Direitos Humanos, acesso à educação e a luta antirracista

Antes de iniciarmos nossa discussão se faz necessário apontar que o presente artigo se caracteriza como um relato de experiência a partir de uma perspectiva qualitativa que questiona critérios de generalidade e neutralidade científica, por acreditarmos que todo conhecimento é um conhecimento situado que caracteriza um momento sócio histórico.

O conjunto dessas análises afiança o Relato de Experiência como uma importante narrativa científica afinada à condição pós-moderna. Trata-se de uma narrativa que, através da linguagem, performatiza a experiência de singularização, atestada em um dinamismo descentrado da razão, e apta a suportar paradoxos. O RE está compreendido como um trabalho de linguagem, uma construção que não objetiva propor a última palavra, mas que tem caráter de síntese provisória, aberta à análise e à permanente produção de saberes novos e transversais. Configura-se como narrativa que, simultaneamente, circunscreve experiência, lugar de fala e seu tempo histórico, tudo isso articulado a um robusto arcabouço teórico, legitimador da experiência enquanto fenômeno científico. (Daltro; Faria, 2019, p. 235).

Adotada em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê a instrução como direito fundamental, ao passo que a educação superior deverá ser acessível a todos, se baseando no mérito, segundo o art. 26 item 1. Ao implementar os Direitos Humanos na Constituição de 1988, a chamada constituição cidadã, o Estado brasileiro se compromete a criar políticas públicas para proteção e defesa dos direitos, ampliando o número de temas ligados a suas preocupações, dentre elas o aumento de pessoas negras e indígenas no acesso ao ensino superior brasileiro.

Desde a década de 80, o Estado Brasileiro, por meio da Secretaria dos Direitos Humanos em conjunto com o Ministério da Educação, promove atividades e eventos que abordam sobre a educação em direitos humanos para formação de educadores que sejam capazes de articular as diferenças sociais entre seus educandos. Embora na legislação, o Estado se comprometa a garantir educação gratuita, ela somente é obrigatória a nível fundamental, não contemplando todos os níveis da educação básica que contam com o nível infantil, fundamental e médio. Somente com a universalização do ensino por meio da gratuidade e obrigatoriedade podem assegurar que a educação básica de qualidade seja mais que um direito escrito no papel (Dias, 2007).

Após anos de pressão, o movimento negro conquistou ações afirmativas oferecidas pelo governo, como a chamada Lei de Cotas, sancionada em agosto de 2012. A partir daí o número de estudantes pretos, pardos e indígenas (PPI) começou a crescer (mesmo que por vezes de forma incipiente). Segundo Marques (2018), a adoção de políticas públicas pode ter impulsionado discussões sobre racismo e discriminação racial, além de incentivar reflexões sobre pertencimento étnico-racial, o autor também ressalta que essas ações não se restringem a reserva de vagas, como também

“[...] são políticas públicas ou privadas, compulsórias ou não, que têm por objetivo último erradicar da sociedade as práticas discriminatórias dirigidas a determinados grupos sociais, historicamente excluídos e cujo reconhecimento e prestígio social sejam baixos ou mesmo inexistentes.” (Marques, 2018, p. 4).

A Universidade Estadual Paulista (Unesp), em artigo exposto em seu site, se intitula como pioneira na implantação de ações afirmativas para reserva de vagas, entre as três universidades estaduais paulistas. Aprovou em agosto de 2013, cerca de um ano após a Lei de Cotas ser sancionada, a Resolução 43, em que 15% das vagas são destinadas a alunos oriundos de ensinos públicos, dentro dessa porcentagem também é garantido cerca de 35% das vagas para alunos pretos, pardos e indígenas. A resolução também prevê a ampliação gradual nos anos seguintes até atingir 50% dos egressos. Segundo dados do Censo Sobre as Diversidades realizado pela Unesp em 2021, cerca de 74% dos alunos são brancos, demonstrando que, apesar da adesão às políticas afirmativas, o número de alunos negros e indígenas ainda não reflete a realidade da população brasileira, em que representam 56% da população. (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho [UNESP], 2021)

A população negra se vê em meio a dificuldades desde o momento do ingresso na universidade, uma vez que não possuem acesso à educação básica de qualidade o que dificulta o êxito nos processos seletivos para ingresso nas universidades, refletindo na permanência dentro de cursos de graduação e pós-graduação (e outras atividades no que tange à pesquisa e extensão) no meio acadêmico. Permanecer na universidade pública vai além de garantir um diploma de graduação, para estudantes negros e indígenas significa também a mudança de trajetória, dado que para a maioria dessas populações discriminadas o meio acadêmico não passou de um sonho distante. Um jovem negro permanecer na universidade também é de grande significância para a sua comunidade, uma vez que ele se torna referência para outros jovens que vivenciam a mesma realidade (Santos, 2009).

Diante da escassez de alunos PPI quando em proporção com os alunos não cotistas na Instituição UNESP, faz-se necessário afirmar a necessidade de políticas afirmativas dentro de universidades, tal como o projeto Aquilombando cuidados. Por meio de projetos como este é

possível fomentar debates sobre o racismo estrutural, fato social determinante da falta de acesso desses corpos dentro das universidades públicas.

Em um de nossos encontros internos, foi contemplada e discutida a obra *Pequeno Manual Anti-Racista*, de Djamila Ribeiro. Em diversos pontos do livro é possível relacionar ideias que se fazem como paradigma para o nosso projeto. Portanto, seguindo pela perspectiva histórica de que o racismo é um problema estrutural, não um fato individualizado, será abordado neste tópico pontos essenciais da obra para uma melhor compreensão sobre o projeto *Aquilombando Cuidados* (Ribeiro, 2019).

Considerando o contexto histórico do Brasil, fica evidente que o racismo está permeado na sociedade como um todo, portanto, em nosso cotidiano. Por mais de quatrocentos anos se cultivou em nosso país o apagamento de todas as formas de expressão de pessoas negras e indígenas, culminando em feridas que hoje não se curam com gaze. As ações afirmativas são uma forma de, ao menos, fazer parar a hemorragia das feridas, a qual uma delas se conceitua como epistemicídio. Por isso, se faz necessário lugares dentro da universidade em que corpos racializados possam se expressar, para que a história não seja contada apenas pelo ponto de vista do poder, do ponto de vista da branquitude (Ribeiro, 2019).

O racismo como não-dito, manifestado nas entrelinhas dos discursos, é inerente ao Brasil. Para a superação deste aspecto transgeracional presente na subjetividade dos indivíduos, é preciso simbolizar o não-dito para que este não gere sofrimento. Nossas rodas de conversas assumem este aspecto de simbolização, visto que verbalizar as situações de racismo vivenciadas por corpos negros, pardos e indígenas durante a trajetória acadêmica é simbolizar o que muitas vezes se encontrou latente. É, também, trabalhar o sentimento de culpa que as minorias sofrem pelo atravessamento do racismo na subjetividade, que por muitas vezes culmina na negação de seu próprio corpo (Fanon, 2008). É não ter medo de marcar e nomear o sofrimento: racismo, racista!! (Ribeiro, 2019).

A universidade é um lugar de conhecimento, e saber é poder (Foucault, 1989). Pessoas racializadas em espaço de poder são vistos como quem tem menos, são marginalizados. O projeto *Aquilombando Cuidados* visa montar uma barricada como forma de resistência contra a força vetorial oposta da marginalização (Mombaça, 2021). Vale ressaltar que, apesar do projeto se focar em pessoas PPI, em nossas discussões aceitamos a presença de todos os corpos, inclusive corpos brancos, pois o racismo foi construído pela branquitude. Cabe à branquitude se responsabilizar e questionar sobre a falta de pessoas pretas em certos espaços ou a sua presença excessiva em lugares inferiorizados. É essencial a discussão sobre o racismo e o papel da branquitude, a fim de desnaturalizar o olhar social sobre as questões étnico-raciais (Ribeiro, 2019).

A negação de conhecimento a pessoas racializadas, é despojar-lhes da condição de sujeito. As ações afirmativas estão mudando a perspectiva da população sobre a política de cotas.

Este ano, a pesquisa do DATAFOLHA (2022) totaliza 50% das pessoas que são a favor da política de cotas. Ou seja, estatisticamente, mais da metade da população é a favor da política. Isso se dá, principalmente, pelo desempenho positivo de pessoas cotistas em relação a não cotistas, que mostram desempenho similar ou superior aos últimos (Ribeiro, 2019).

Considerando o exposto, o Aquilombando Cuidados se mostra como um projeto de visibilidade e importância a corpos oprimidos. Que, por meio do projeto, gritam por ter pedras em gargantas secas, por tanto se esforçarem para se fazerem ouvidos. Que nos ouçam, porque para combater o opressor é preciso entender a condição do oprimido por meio da escuta.

Desafios da permanência de estudantes PPI no ensino superior da UNESP.

A lei nº 12.711/2012, popularmente conhecida como lei de cotas, garante a reserva de 50% das matrículas em universidades públicas a alunos oriundos de ensino público e as cotas raciais e de pessoas com deficiência são reservadas dentro desse percentual, conforme a proporção de negros, indígenas e PCDs do estado onde a universidade está localizada. Depois de quase 10 anos que a lei das cotas foi sancionada, apesar de ainda não ser um número suficiente, é possível perceber que esses sujeitos estão ocupando esse espaço. Gerando assim, novas discussões, evidenciando que apenas o acesso não garante a permanência desses estudantes no espaço universitário, mais do que a entrada, espera-se que esses estudantes tenham condições de evitar a evasão e concluir a graduação.

O sonho da universidade pública se choca com as dificuldades de se manter nessa ambiência que não foi pensada para englobar esses corpos, essas existências. A permanência de estudantes cotistas se depara, tanto com dificuldades financeiras e de precariedade material, bem como o racismo estrutural e o epistemicídio. A questão financeira é um fator essencial quando se fala sobre permanência, embora exista políticas de auxílio a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, elas não suprem as demandas desses discentes.

As moradias estudantis não abrangem todos os estudantes que possuem o direito de ocuparem esse espaço. De acordo com o estudo analítico sobre as moradias estudantis da Unesp, realizado pela Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE) em conjunto com a Comissão Permanente de Permanência Estudantil (CPPE), das 24 cidades espalhadas pelo estado de São de Paulo onde há campus da Unesp, apenas 13 possuem moradias estudantis. Sendo que as existências delas, não necessariamente, contemplam todos os discentes, muitos residem nas moradias de maneira irregular. Um claro exemplo, é a Unesp de Bauru, que dispõe apenas de 32 vagas na moradia, tendo cerca de mais de 7 mil alunos. (UNESP, 2021).

Além da situação da falta, as poucas moradias que existem sofrem de sérios problemas de estrutura, precarização e sucateamento. De acordo com o mesmo estudo, das 13 moradias, em 2019/2020 todas precisavam e ainda precisam, e solicitaram algum tipo de reforma, bem

como parte hidráulica, elétrica, entre outros. Também nesse cenário, 6 moradias não possuem estruturas de acessibilidade para pessoas com deficiências. De acordo com o EDITAL Nº 001/2021- PROPEG/COPE/CTINF, parte das reformas solicitadas serão realizadas, mas é válido ressaltar que muitas das moradias não tiveram nenhuma reforma durante anos, inclusive, a moradia de São José do Rio Preto que solicitou uma reforma geral, pois nunca teve uma reforma desde sua inauguração, apenas pequenos reparos.

Ademais, além das instabilidades em relação a moradia, ainda experienciam uma insegurança alimentar devido ao novo sistema de compra de refeições implementado em vários *campi* da Unesp. De acordo com o comunicado Nº 001/2009 – DTAd/AG, a compra das refeições nos restaurantes universitários deverá ser realizada de maneira sistematizada e online. Com o argumento de promover uma modernização do sistema de compra das refeições, deixou muitos dos estudantes de permanência com fome, sem saber se terá o que comer, justamente porque, muitas das moradias possuem problemas em relação à internet, e o número de refeições não supre a demanda dos discentes em vários *campi*. Diante disso, essa instabilidade econômica, esse não saber se terá um espaço para viver, se terá o que comer, é uns dos desafios enfrentados cotidianamente pelos estudantes cotistas, por estudantes pretos, pardos e indígenas.

Para além das questões econômicas, há outros elementos que dificultam a permanência desses sujeitos. Justamente porque a universidade foi projetada enquanto um espaço branco e elitista, os ideais coloniais perpassam todas as narrativas presentes nessa lógica. Partindo disso, é possível pensar os problemas em relação a permanência devido às questões simbólicas, toda a narrativa acadêmica favorece um sentimento de não pertencimento a esse espaço para esses indivíduos, ser o único ou um dos poucos sujeitos negros na sala de aula. Estudar, exclusivamente, autores brancos e europeus, ter professores majoritariamente brancos e que atuam dentro de uma estrutura racista, são elementos que fortalecem a ideia de que estudantes cotistas não pertencem ao espaço universitário. Sendo, uma das grandes problemáticas em relação a permanência, como permanecer em um espaço que não fala sobre minhas questões, não fala sobre os meus, que me diz constantemente que eu não pertencço?

Possibilidades de quilombamento: narrativas autorreferenciadas

A partir do que foi discutido até o momento cabe apontarmos a possibilidade de quilombamento em um espaço majoritariamente branco que são as universidades, como movimento não apenas de resistência para se manter nesse lugar, mas também como possibilidade de pautar nossas epistemologias enquanto sujeitos racializados.

Se o quilombo não é uma ideia localizada no passado, mas sim um espaço de agregação que se reconfigurou diversas vezes na história da diáspora afro-brasileira, constituindo-se a partir do assentamento de comunidades negras e fortemente ligado aos aspectos territoriais, pedimos licença para desdobrar a

enunciação feita por Beatriz Nascimento e desembocar na ideia de “aquilombamento” enquanto dispositivo derivado da instituição quilombo, porém destituído do seu caráter territorial, no intuito de demonstrar a continuidade do ato de aquilombar como estratégia de resistência e coletividade e designar experiências de organização e intervenção social protagonizadas pela população negra na atualidade. (Souto, 2020, p. 141).

Nesse sentido, aquilombar-se é um agenciamento político que reivindica narrativas acadêmicas autorreferenciadas, que quebrem com o engessamento colonial/racista que alicerçam a academia.

Como é sabido historicamente os sujeitos racializados são excluídos do lugar da academia, essa por sua vez produz epistemologias que não dialogam com esses sujeitos além de muitas vezes contribuir para o epistemicídio dos conhecimentos subalternos.

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferioridade intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor do conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta (Carneiro, 2005, p. 97).

Nesse sentido, agregar um projeto de estudantes (graduação e pós-graduação) pensando a permanência de sujeitos negros e indígenas no espaço acadêmico funciona como resposta a essas produções de violência, mas para além disso nos agrega e nos faz tencionar a permanência a partir de nossa experiência acadêmica e com referenciais que dialoguem com nossos modos de ser e existir nesses espaços.

A partir dessas discussões, o debate sobre o acesso de pretos, pardos e indígenas na academia se amplia, mostrando que as cotas respondem a uma parte do problema, aqui chegamos ao ponto de não pensar apenas o acesso desses sujeitos as universidades, mas sua permanência nesse ambiente.

A discussão das cotas logo suscitou o debate sobre o caráter excessivamente eurocêntrico das nossas universidades e da sua mentalidade colonizada de origem. Esse segundo debate surgiu, portanto, através de um questionamento intelectual e político: não seria de modo algum satisfatório implementar ações afirmativas para jovens negros e indígenas sem, paralelamente, mudar o currículo colonizado, racista e branqueado que vem se repetindo cronicamente em todas as nossas instituições de ensino superior. (Carvalho, 2019 p. 80).

Mover-se contra o currículo colonizado das universidades a partir da perspectiva de sujeitos racializados se faz necessário diante da realidade apresentada, isso ficou evidente em nosso primeiro encontro aberto realizado em junho de 2022. Na oportunidade pudemos falar de nossa história pessoal que acabavam se atravessando nos temas como epistemicídio, dificuldades econômicas em se manter no curso e as dificuldades encontradas para acessar esse ambiente.

Na busca de conhecer outras narrativas para além do sofrimento e dificuldades enfrentadas em acessar e se manter no espaço acadêmico é possível observar a não passividade dos sujeitos subalternizados. No encontro foi possível notar também os aquilombamentos realizados por esses sujeitos não se restringindo ao Aquilombando Cuidados, a totalidade dos participantes do nosso primeiro encontro compõem o PsicoRacializada², que é um movimento de alunos de Psicologia que visam debater essa ciência a partir de referenciais racialmente localizados.

Nesse sentido afirmamos a necessidade de cartografar as dificuldades encontradas pelos estudantes PPI, e ampliar essas narrativas para a compreensão de nossas epistemologias; processos organizativos e amplitude de (des) construção dos campos de saber majoritariamente ocupados por narrativas universalizantes, que historicamente vem buscando apagar nossas histórias.

² É um grupo de estudo de Psicologia e questões raciais da Unesp de Assis, que surgiu em 2021, composto por alunos do curso de Psicologia que não se enxergavam nele e que sentiram a necessidade de pensar uma Psicologia que olhasse a negritude, que fosse preta. Numa tentativa de subverter o epistemicídio tão presente no meio acadêmico, o grupo surge para valorizar os nossos, com encontros onde conhecem, estudam e nos aprofundam em grandes estudiosos que pensam essa ciência a partir do olhar racializado, como Neusa Sousa Santos, Fanon, Grada Kilomba, Deivis Faustino, Lélia Gonzalez e muitos outros.

- Marques, E. P. S. (2018) O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. *Revista Brasileira de Educação*, 23.
- Mombaça, J. (2021) *Não vão nos matar agora*. Cobogó.
- Muniz, R.; Silva, V. (2022) *Para fortalecer uma cultura dos direitos humanos na Universidade*. Unesp, [s. l.]. <https://www2.unesp.br/sharer.php?noticia=36747>
- Pró-Reitoria de Planejamento Estratégico (PROPEG) e a Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE). (2021) *EDITAL Nº 001/2021- PROPEG/COPE/CTINF: Chamada Unesp presente para apresentação de propostas ao programa de recuperação e modernização das moradias estudantis*.
- Ribeiro, D. (2019) *Pequeno manual antirracista*. (1ª ed.). Companhia das Letras.
- Santos, D. B. R. (2009) *Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa*. Tese (doutorado) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação. Repositório UFBA: <https://repositorio-rio.ufba.br/bitstream/ri/11778/1/Tese%20%20Dyane%20Santos.pdf>
- Souto, S. (2020) Aquilombar-se: Insurgências negras na gestão cultural contemporânea. *Revista Metamorfose*, 4(4). S. Souto 133-144.
- UNESP 2021. (2022) *Censo sobre as diversidades* [S. l.]. https://www2.unesp.br/Modulos/Noticias/36747/relatorio_censo2021_vf-1.pdf